



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141463 - RS (2021/0013745-0)

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**RECORRENTE** : MATEUS LANG (PRESO)  
**RECORRENTE** : RODRIGO SCHAF DA SILVA (PRESO)  
**RECORRENTE** : MARCOS VINICIUS MACIEL LOURENCO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MATEUS LANG, RODRIGO SCHAF DA SILVA e MARCOS VINICIUS MACIEL LOURENCO contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 70084426535).

Os recorrentes foram presos em flagrante por suposta prática do delito descrito no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva.

Sustentam os recorrentes a carência de motivação idônea para a segregação cautelar, que teria sido calcada na gravidade abstrata do delito, tendo em vista a ausência dos requisitos autorizadores da media extrema previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Destacam a necessidade de substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, invocando a Recomendação CNJ n. 62/2020, diante do agravamento da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, constata-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão dos recorrentes foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública e para evitar a reiteração delitiva. A propósito, confira-se o que consignou a Corte estadual (e-STJ fl. 201):

*(...) importa ressaltar que os policiais, ao serem informados pelo seu núcleo de inteligência acerca de veículo conhecido pelo transporte de drogas, realizaram a sua abordagem, **apreendendo um total de 5.825kg de maconha, além de balança de precisão, coldre e telefones celulares**, conforme autos de apreensão a fls. 55-60.*

*Pelo que tudo indica, a ocorrência da prática do comércio ilegal de drogas, na medida em que a*

*abordagem se deu em veículo já monitorado decorrente da sua utilização para o tráfico de entorpecentes.*

*Atrelado a isso, o fato de ter sido apreendida grande quantidade de drogas (5.825kg de maconha) e balança de precisão, tudo a revelar o caráter mercantil da conduta, sem mencionar o possível envolvimento dos pacientes em associação criminosa. Replico, por sinal, importante constatação do magistrado a quo de que “o acusado Marcos Vinicius Maciel Lourenço registra condenação por tráfico, com trânsito em julgado, além de responder a outros processos criminais”.*

*Tais elementos, analisados em conjunto, denotam organização e planejamento e demonstra que em liberdade os pacientes voltarão a delinquir.*

*Ainda, observo que embora o crime não tenha envolvido violência e/ou grave ameaça contra a pessoa, a gravidade concreta do delito está demonstrada, ao menos em um primeiro momento, ante o laudo de constatação preliminar da natureza da substância ilícita apreendida e diante do relato policial.*

*Nestas circunstâncias a manutenção da prisão a fim de garantir a ordem pública, resguardando a sociedade ordeira da reiteração criminosa, ao menos por hora, é medida imperativa.*

Outrossim, no que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que os recorrentes preenchem os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento onde está segregado do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, os recorrentes não demonstraram a flagrante ilegalidade do acórdão atacado, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 208):

*Relativamente à Recomendação nº 62 do CNJ por conta da pandemia de COVID-19, não é fundamento para a revogação da prisão, na medida em que o risco genérico de contaminação não é suficiente para colocação dos pacientes em liberdade. Ainda de ponderar que não há, por ora, notícia de infectados nos presídios, bem como inexistindo demonstração de que o paciente integre o grupo de risco.*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência